

### Dinheiro barato. Agora vai?

Para poder ter a mínima chance de ver a sua proposta de crescimento do PIB em 2012 materializar-se, o governo brasileiro foi obrigado a intervir na economia brasileira e, utilizando-se dos bancos oficiais - CEF, Banco do Brasil e Banrisul - forçou o início de uma 'guerra' reduzindo a taxa de juros para algumas modalidades de financiamento. É claro que essa decisão desagradou à Febraban, a poderosa associação dos bancos, pois mexe no equilíbrio das forças que compõem o *spread* bancário, a diferença entre o quanto os bancos pagam pela captação do dinheiro no mercado, e o quanto eles cobram ao emprestar aos clientes. O que se seguiu foi uma nutrida troca de acusações entre integrantes do governo e representantes da banca, que culminou com a adesão dos bancos privados à proposta.

A seqüência de declarações parece surreal. Burocratas que anteriormente não davam a mínima para a 'festa dos juros' já que possuíam interesses no resultado da farra, agora surgem como paladinos da defesa do cliente/consumidor: "*Os bancos precisam se reinventar. Devem aprender a trabalhar com taxas e spreads menores e criar novos produtos*" foi o que disse Paulo Rogério Caffarelli, vice-presidente de Atacado, Negócios Internacionais e Private Bank do Banco do Brasil. "*Foi uma decisão pensada, para aumentar a participação do banco no mercado*" afirmou o presidente da Caixa, Jorge Hereda. Ele falta com a verdade: o que aconteceu foi uma canetada da presidente Dilma Rousseff, outra que até então não havia movido um músculo na defesa do mercado mas que, sob o risco de ver novamente um resultado pífilo de crescimento ao final do ano, resolveu intervir. "*A taxa de juros brasileira é insustentável e de difícil explicação*" afirmou Dilma, sem explicar o porquê de demorar tanto (oito anos nos governos Lula e mais quase um ano e meio de mandato próprio) para perceber isso.

Para entendermos melhor o quanto é "difícil" a vida dos bancos (e isso foi dito com todas as letras por Murilo Portugal, presidente da Febraban, declaração que irritou o ministro Guido Mantega), basta analisarmos a tabela a seguir. Portugal afirmou, candidamente, que "*na verdade, apenas uma pequena parte, em torno de 30%,*

*representa a margem de lucro*". Isso demonstra o quanto os bancos, que produziram os melhores balanços e os maiores lucros da História no Brasil justamente em 2011, estão desconectados da realidade do brasileiro comum. O ministro Mantega acusou o golpe, e disparou um torpedo. Irritado, lembrou que os bancos pagam no máximo 9,75% para captar recursos – exatamente o valor da taxa Selic. “*Mas estão emprestando a 30%, 50%, 80% ao ano, dependendo das linhas de crédito*”, disse o ministro, reforçando que o País tem um dos maiores spreads de crédito do mundo. Segundo dados do Banco Mundial, de uma lista de 150 países, o spread dos empréstimos no Brasil, de 31% em 2010, só é menor que o vigente no Congo e em Madagáscar. Estamos, portanto, na vergonhosa 148ª posição.

## O PREÇO DO DINHEIRO NO BALCÃO

*Custos que formam o spread, taxa cobrada pelos bancos para emprestar recursos*

Fonte: Banco Central do Brasil

Tipo de custo	Participação
Despesas administrativas	12,56%
Inadimplência	28,74%
Depósito Compulsório	4,08%
Impostos	21,89%
<b>Margem líquida (lucro)</b>	<b>32,73%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

No entanto, não é apenas no lucro dos bancos que há gordura para cortar. Algumas medidas tributárias muito simples teriam impacto direto na taxa de juros do crédito, mas são evitadas pelo governo por razões arrecadatórias. O melhor exemplo é o IOF cobrado em linhas de crédito para pessoa física, que foi elevado de 1,5% para 2,5% no início do ano passado, quando o Banco Central tentava conter a forte expansão dos empréstimos. O presidente do BC, Alexandre Tombini, já reverteu a maior parte das chamadas medidas macroprudenciais, mas a alíquota de IOF não voltou aos patamares anteriores. Se retornasse, o governo perderia arrecadação, e deixaria de participar da festa do consumo proporcionada pelos brasileiros.

É claro que para que essa situação de spreads reduzidos se perpetue, muita negociação ainda terá que ser feita. O modelo do setor financeiro brasileiro está baseado num baixo volume de crédito com margens altas, uma flagrante distorção quando comparado a outros países. O Brasil ainda nem alcançou o índice de 50% (total do volume de crédito disponível em relação ao PIB nacional). Ainda está longe de se comparar a outros países. “*Para atingir uma participação maior, os bancos brasileiros teriam de adotar um modelo semelhante ao de seus pares em países desenvolvidos, que ganham com o volume e não com a margem de cada operação*”, diz Miguel Santacreu, analista da consultoria Austin Asis.

### PROPORÇÃO ENTRE O VOLUME DE CRÉDITO E O PIB

Fonte: LCA Consultores. Previsão para 2010.

PAÍS	em %
Espanha	212
Reino Unido	204
Estados Unidos	202
Portugal	191
Itália	123
França	114
Alemanha	108
<b>Brasil</b>	<b>46</b>
Rússia	45

“*Uma redução expressiva dos spreads permitiria o acesso ao crédito a um número maior de pessoas e contribuiria para reduzir o endividamento*”, diz Jaime Ardila, presidente da General Motors na América do Sul. Se a cruzada do governo for vitoriosa, o cenário para os próximos anos é promissor. Com juros civilizados, o potencial do consumo brasileiro seria multiplicado. “*Se os juros caíssem pela metade e o nível de aprovações aumentasse, o mercado de carros cresceria 30% no primeiro ano*”, projeta o presidente da GM.

Taxas menores incorporariam a classe D ao mercado de consumo de bens duráveis, um fenômeno semelhante ao que ocorreu com a classe C. Gente que hoje só consegue comprar geladeira e tevê teria acesso a carros novos. “*Não seria exagero falar numa nova revolução no consumo*”, afirma Ardila. Juros mais baixos também empurrariam para cima o limite de endividamento. **Em dezembro do ano passado, o comprometimento de renda das famílias brasileiras chegava a 22,7% para amortizar empréstimos, segundo um levantamento do banco Credit Suisse.** Trata-se de um número preocupante. “*Quando a gente percebe que o cliente está gastando 25% da renda com empréstimos, o sinal amarelo acende*”, diz Carlos Samogim, diretor-superintendente da Finamax, de São Paulo.

Como resultado direto da determinação do governo, o volume de concessão de crédito para as pessoas físicas aumentou em 17% na Caixa Econômica Federal na primeira semana após o anúncio da redução das taxas de juros. Para as empresas, o avanço foi de 9%. E isso em apenas cinco dias! Entre as linhas de crédito com maior aumento na procura, a Caixa destaca o consignado com desconto em folha, cuja procura cresceu 61,4% na comparação com os cinco primeiros dias de março. Já o crédito direto ao consumidor registrou avanço ainda maior, de 73%.

O que é preciso ressaltar é que essa redução de juros nem sempre significa a salvação do devedor brasileiro. Algumas das linhas contempladas tiveram o seu "patamar mínimo" rebaixado, o que pode não significar absolutamente nada. Os métodos de estudo de operação de crédito dos bancos são invariavelmente nebulosos, pouco claros, e quase sempre não permitem acesso do interessado. Linhas de crédito como o cheque especial e o CDC podem ter sofrido substancial redução nas taxas. Mas o terror dos devedores brasileiros, o rotativo do cartão de crédito, nesse ninguém se anima a mexer. Nem mesmo o governo.